

POLÍTICA ECONÔMICA

Novo aperto no orçamento da...

por Celso Pinto
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

delicada: aí, definitivamente, não há investimentos a cortar e o custeio já foi duramente enxugado. Por essa razão, o governo terá de poupar alguns ministérios onde será virtualmente impossível cortar pela metade o que sobrou de gastos de custeio e capital. Outros ministérios terão de pagar essa conta.

Há pelo menos uma diferença crucial que tornará esta rodada de discussão de cortes muito distinta das discussões orçamentárias do ano passado, que acabaram resultando no recuo do governo em certos pontos para viabilizar a aprovação do escopo geral do orçamento pelo Congresso — caso típico da “rolagem” de parte das dívidas externas de estados e municípios. Desta vez, não caberá ao Congresso discutir o tamanho do corte. Poderá, no máximo, não aceitar certos cortes, desde que aponte outros, em montante equivalente.

A razão para isso é simples: ao aprovar a medida provisória que instituiu a regra que impede a emissão de títulos além da rolagem do estoque de papéis que vencerem mais seus encargos, o Congresso transformou em necessidade legal o corte das despesas que estavam financiadas, no orçamento, pela emissão adicional de títulos públicos, cerca de NCz\$ 8,5 bilhões. O governo poderá jogar parte dessa conta para orçamento de crédito, em que estão os empréstimos à agricultura e à exportação, mas, provavelmente, a maior parte da fatura virá mesmo dos cortes de outros custeios e gastos de capital dos ministérios.

Por outro lado, o governo não poderá evitar a fixação de cortes nesse montante, já que o Congresso criou exigência legal nesse sentido. De nada adiantará cada ministério procurar explicar que é impossível sacrificar ainda mais suas contas. No global, a economia terá de ser feita.

Técnicos que operam as contas públicas admitem que os espaços para enxugar são exíguos. Por essa razão, e dadas as dramáticas mudanças introduzidas pelo Plano Verão, é provável que as negociações políticas que presidiram as discussões orçamentárias anteriores simplesmente tenham de ser revistas. Estados e municípios, por exemplo, terão ganhos importantes com o fim da corrosão inflacionária de seus impostos, menos protegidos do que os federais. Parece provável que o governo reabra a discussão sobre a rolagem das suas dívidas externas.

Essa complicada rodada de negociações, que se abre agora, já era previsível desde a instituição do Plano Verão, mas passou curiosamente despercebida. Em parte, isso é consequência da enorme confusão da situação do Orçamento Geral da União deste ano. O governo mandou sua proposta, o Congresso modificou-a substancialmente, o Executivo vetou parte dessas mudanças e o Legislativo ainda não apreciou os vetos. Enquanto isso, o Executivo, para corrigir distorções em alguns vetos, mandou propostas adicionais repondo certos gastos, o que não foi examinado ainda pelo Congresso. Em seguida, o Plano Verão cortou a proposta orçamentária, na versão do Congresso, e agora faz uma nova e ampla revisão.

Com tantas mudanças, ninguém, nem mesmo o governo, conseguiu manter um quadro claro sobre a situação das contas públicas. No governo, alguns técnicos acham que a nova rodada de ajuste é tão forte e arbitrária que será difícil sustentar o orçamento revisado ao longo de todo o ano. Embutida nessa preocupação está, de toda forma, uma enorme ironia: enquanto a maioria da sociedade aposta no fracasso do Plano Verão, pela escassez de cortes fiscais, alguns técnicos no governo temem um fracasso, pela razão oposta.

Novo aperto no orçamento da União

por Cláudia Safatle
de Brasília

A política fiscal do governo em janeiro foi bem-sucedida. O déficit de caixa do Tesouro Nacional foi dos menores da história recente do País, de NCz\$ 84,4 milhões, resultado que se transforma em um superávit operacional de NCz\$ 204,4 milhões, nas contas do governo central, se medido pelo conceito de necessidade de financiamento líquido do setor público não financeiro.

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nobrega, utilizou essa performance inesperada do Tesouro para comemorar os trinta dias do Plano Verão, procurando mostrar que não se tratou de adiamento de despesas, mas de estrito controle fiscal. O secretário de Orçamento e Finanças, Pedro Pullen Parente, na mesma entrevista, adiantou que o governo prepara uma nova rodada de cortes de gastos no Orçamento Geral da União, no montante mínimo de NCz\$ 6,5 bilhões.

Trata-se da elaboração

de um projeto de lei de cancelamento de dotações orçamentárias já aprovadas recentemente, com base na emissão de títulos como fonte de financiamento desses gastos. Com a aprovação da Lei nº 7.730, pelo Congresso Nacional, proibindo a emissão de títulos exceto para rolagem e encargos da dívida mobiliária, será necessária mais uma rodada de cortes, que poderá zerar o déficit operacional hoje embutido no orçamento, de 0,56% do PIB.

O presidente da República, José Sarney, ocupou rede nacional de rádio e televisão para anunciar alguns importantes resultados dos primeiros trinta dias do Plano Verão: em janeiro, as reservas cambiais brasileiras cresceram cerca de US\$ 1 bilhão, devendo hoje situar-se na faixa de US\$ 6 bilhões a US\$ 6,5 bilhões; o crescimento da emissão primária de moeda (base monetária) foi de 13%, um terço a menos que a expansão registrada no primeiro mês após o Plano Cruzado; o governo conseguiu promover um resgate líquido de NCz\$ 66 milhões de títulos públicos, obtendo também uma redução do estoque da dívida interna, em termos reais, de 12,1%, considerando como deflator o INPC de cerca de 37% em janeiro.

Após trinta dias, “não há sinal algum de intranquilidade. O plano vai bem”, concluiu o presidente da República, ao considerar “mínimos” os problemas de abastecimento em face do universo da economia brasileira.

Na mensagem que enviou ontem ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura dos trabalhos do Legislativo neste ano, o presidente da República ressaltou as possibilidades de o plano ser bem-

sucedido na eliminação do processo descontrolado da inflação. “Finalmente, o déficit público está sob rígido controle, a política monetária está sendo conduzida com um grau de aperto adequado e o governo está disposto a coibir qualquer tentativa de especulação por parte daqueles que sempre apostam na crise e na desagregação social e econômica.”

Apesar do entusiasmo do governo com o resultado da política fiscal em janeiro, é necessário sublinhar que ocorreram condições atípicas para que essa performance fosse obtida. Uma delas refere-se ao orçamento de operações de crédito oficial, que ficou praticamente paralisado no mês passado pelos vetos presidenciais ao orçamento aprovado pelo Congresso. Assim, gastaram-se nessa área somente NCz\$ 380,9 milhões, cifra 55% abaixo da de janeiro de 1988. A demora na aprovação do orçamento também levou os ministérios a gastar menos do que o autorizado em janeiro, elevando em 54,9% a conta de suprimentos.

Reagindo rapidamente à rejeição pelo Congresso da medida provisória que extinguiu ministérios, o governo decidiu ontem que enviará ao Congresso Nacional uma nova medida provisória, com mudanças em relação à original. O ministro da Fazenda lamentou a não aprovação da medida provisória que criava novas regras para a privatização de empresas públicas. Nessa área, o governo pretende trabalhar pela aprovação do projeto de lei do deputado João Agripino (PMDB-PB), com algumas alterações.

No caso de alguns ministérios, como é o caso típico do das Relações Exteriores, a questão é ainda mais

(Ver páginas 3 a 15)